

COM AÇÚCAR, SEM CAFÉ

MARIA DO SOCORRO FERRAZ BARBOSA
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O artigo analisa a economia de Pernambuco no início do século XIX e compara a situação dos comerciantes desta Província com a do Rio de Janeiro.

SUGAR WITHOUT COFFEE

ABSTRACT

This article analyses Pernambuco's economy in the early 19th century. It compares the situation of the province's merchants with that of Rio de Janeiro.

Pernambuco, na primeira metade do século XIX, apresentava características de inserção numa economia de plantação com base escravista. A abundância de terra e a ausência de imigrantes apontavam ao investidor aplicação de capital, prioritariamente, na mão-de-obra escrava. Com terras a preços muito baixos, ou de graça, a expansão da lavoura do açúcar poderia se realizar desde que o plantador dispusesse de mão-de-obra escrava para o desenvolvimento daquela cultura. Essa particularidade levava a dependência mútua entre o setor agrícola e o comercial. O capital desse setor era aplicado nos negócios que diziam respeito à mão-de-obra escrava e adiantamento para as despesas com a plantação do açúcar e do algodão. O crédito se vinculava primeiramente ao comércio mas, e, também, ao setor agrícola, tendo como garantia a possível colheita e a quantidade de escravo que um plantador possuísse. Esta transação comercial era geralmente feita pelas 'casas comerciais' de portugueses e algumas estrangeiras, principalmente as inglesas.

A atividade industrial era de fato quase inexistente. O Alvará de D. Maria I, anulando a proibição às manufaturas, foi neutralizado pelo Alvará de 1809 e pelos acordos de 1810 fei-

tos entre a Inglaterra e Portugal. A própria Abertura dos Portos, que, na opinião de Eulália Maria Lahmeyer Lobo, "encerrou o compromisso colonial, atingiu apenas o comércio exterior, sem pretender abalar as relações econômicas de produção ou circulação interna" (1).

A empresa agro-açucareira, apesar de liderar as exportações brasileiras, enfrenta três grandes dificuldades que se apresentam nesse período: a queda dos preços e a concorrência com a produção das Antilhas e o açúcar de beterraba.

No início do século XIX, a posição de Pernambuco, no comércio de importação, da metrópole para a Colônia, foi, segundo José Jobson Arruda, uma posição de equilíbrio e alternância com a Bahia, com quem disputava ora o segundo, ora o terceiro lugar, em relação ao Rio de Janeiro preponderante. De 1796 a 1803, Pernambuco ocupa o 3º lugar; de 1804 a 1811, com exceção de 1806, Pernambuco ocupa o segundo lugar. O mesmo autor, analisando a posição das regiões brasileiras no comércio de exportação, da Colônia para a Metrópole, conclui sobre a posição também preponderante do Rio de Janeiro, cabendo à Bahia a segunda posição e a terceira a Pernambuco até 1803. Em 1804, Pernambuco ocupa a segunda, em 1805 ocupará a primeira posição, descendo para a segunda em 1806 e nessa permanecendo até 1809; em 1810 e 1811, havia declinado para a terceira posição (2).

Durante este período, a balança comercial de Pernambuco aponta superávits no movimento das exportações sobre as importações. O açúcar e o algodão lideravam as expor-

(1) LOBO, E.M.L. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro) Rio de Janeiro, JBMEC, 1978, p. 106.

Antonio Penhalves Rocha em tese de doutorado, apresentada na USP "O Nascimento da Economia Política no Brasil" expõe a opinião de Hipólito da Costa que a registrou no *Correio Brasiliense*, dizendo ser a Abertura dos Portos "uma garantia da continuidade dos contatos da Corte com os mercados europeus" do que discordava o Visconde de Cairu. "Para ele o monarca havia tomado essa medida por [evidente, absoluta e inevitável necessidade política (...)] pois, era impossível continuar o sistema colonial precedente] por ser injusto e ingovernável", p. 157.

(2) ARRUDA, J.J.A. *O Brasil no Comércio Colonial* - Cap. III - Análise das Conjunturas: as regiões brasileiras. ver Tabelas 1 e 2, p. 139-140.

tações seguidos de alimentos, courama, drogas, ouro, madeiras e vários gêneros. Observa o autor que no movimento de importação dessa província (da Metrópole para Colônia), os produtos alimentares tendem a aumentar o volume e os produtos resultantes das fábricas tendem a diminuir; apenas o linifício aparece com um relativo aumento (3).

A partir de 1811, Pernambuco ocupará a segunda posição nas exportações de açúcar, comparando a sua produção com toda a Colônia, ultrapassando o Rio de Janeiro; em relação ao algodão nesse mesmo período, a província continuou, ao lado do Maranhão, liderando a comercialização desse produto, apesar de não obter mais os altos índices de 1801 a 1807 (4).

Com o declínio da ocupação francesa, Portugal retoma, aos poucos seu comércio com o Brasil e em 1814 Pernambuco exportou um volume orçado em 5 milhões e 321 mil cruzados e importou 4 milhões e 733 mil cruzados. A agricultura aumentou e o movimento comercial ultrapassou o do Rio de Janeiro e da Bahia. Esse movimento entretanto não chegou a causar prejuízos no comércio português, apesar de Portugal haver exportado para Pernambuco 2 milhões em ouro e prata (5).

No Relatório do Ministro da Fazenda de 1821 constam informações sobre o estado dos cofres desta província em

(3) ARRUDA, J.J.A. ob. cit., p. 209 e 227.

(4) LEITE, G.L. Pernambuco 1817: estrutura e comportamento sociais. Editora Massangana, Recife, 1988. A autora se baseia nas informações de Maria de Lourdes Roque de Aguiar, em "As Relações Econômicas entre Portugal e Brasil, segundo as Balanças de Comércio (1801-1821)". Fac. de Letras. Lisboa. 1972. p. 16.

(5) Balanço Geral do Comércio, 1814 - Cota 197, citado por LEITE, G.L. ob. cit. p. 77. O Visconde de Cairu não via motivos para a burguesia portuguesa, estabelecida em Portugal se sentir prejudicada com a abertura dos portos, pois teriam seus ganhos garantidos e as vezes até aumentados. Os estrangeiros (ingleses) "preferem remeter suas fazendas a Lisboa para dali se enviarem ao Brasil", citado por ROCHA, A.P., ob. cit., p. 160.

1819 (6), e a expectativa já não era a mesma dos anos anteriores a 1817. Além da despesa própria da província, que era de 545:183\$757 réis, se incluiu também 566:400\$000 de pagamentos de letras sacadas pelo Tesouro e consignações do Banco. Em outubro deste ano (1819), o Governador Luís do Rego informava que deveria "acudir as despesas" com tropas e hospitais militares para organizar a defesa da província. O relator reconhece dois fatores como responsáveis pela situação financeira deficitária de Pernambuco: as comoções que ocorreram desde 1817, que determinaram a diminuição das rendas e aumento de despesas, e a separação da Comarca das Alagoas por ter sido elevada à categoria de Província. Em 2 de março de 1821, o governador anuncia o aumento do soldo à tropa, a separação da Província do rio Grande do Norte, a criação de uma relação, pagamento das diárias aos deputados, às Cortes de Portugal, como aos da Assembléia deste Império, gratificações aos membros do Governo, aumento dos ordenados aos empregados e criação de novos lugares na burocracia, mesmo que não fosse atribuição sua. O ministro criticou a atitude do Governador e lembrou que tudo isso obriga a Província a despesas extraordinárias "das quais se não pode dar idéia por falta das necessárias participações e remessas dos Balanços explicados" (7).

A situação das finanças do Brasil a partir de 1820, não parece ter sido diferente do restante das províncias, especialmente a de Pernambuco.

Reclamava o Ministro da Fazenda, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, de não poder apresentar, como "devera e desejara", as contas sobre alguns recursos da Província de Pernambuco, não obstante haver exigido, a todas as províncias, informações sobre dívidas ativas procedentes de ajustamento das contas das Décimas das Casas, imposto das he-

(6) Balanço de 1819. Receita c/ saldo de 1818	- 1.130:661\$355
Despesa	- 1.130:483\$753
Dívidas: Ativa	331:673\$356
Passiva	57:681\$327

In Relatório Ministerial, inclui as províncias. Província de Pernambuco. Registro de Correspondência 1808/33 Livro 1º Biblioteca Nacional, RJ.

(7) Relatório Ministerial, ob. cit.

renças e legados, administração do dízimo do açúcar e empréstimos contraídos do Tesouro, importando em 40:000\$000. A desinformação sobre as províncias pelo Ministro justificava a falta de noções claras e circunstanciadas sobre o estado da Fazenda Pública. A situação da Fazenda Nacional longe de um equilíbrio entre a receita e a despesa levava o Ministro a finalizar o seu relatório à Sua Majestade Imperial, lamentando estar o Tesouro empenhado, até o fim do primeiro semestre, em 30 milhões e meio de cruzados, com os credores solicitando seus pagamentos, sem que tenha recursos extraordinários para fazer face às despesas extraordinárias. Sem ter clareza sobre a situação das províncias, afirma ao Imperador que delas "nada podemos esperar nas atuais circunstâncias", antes pelo contrário seremos obrigados a socorrer algumas delas, como já fica indicado (8), com mais de 15.280,000\$000 anualmente e a suprir as despesas dos seus Deputados. Pelo relatório da Junta Da Fazenda, a Província de Minas Gerais foi a única, segundo o Ministro, a enviar informações sobre rendas e despesas de forma circunstanciada, e a Província do Rio de Janeiro era a principal, considerando-se o movimento de exportação e importação. A variedade das importações nos dá idéia do grau de consumo daquela região (9). Observou Eulália Maria Lahmeyer Lobo (10) que os negociantes do Rio de Janeiro se haviam constituído, já em fins do século XVIII, num grupo de pressão, independente dos homens ligados à atividade fundiária. Pelo volume de negócios feitos, puderam acumular capital e fornecer crédito ao Rei e aos proprietários rurais. Esta situação refletia-se na política, permitindo que os mesmos se fizessem representar na Câmara Municipal e diretamente ao Rei ou aos órgãos superiores da administração da metrópole.

A posição dos comerciantes do Rio de Janeiro é bem superior à dos comerciantes de Pernambuco. Mais abastados que estes e com maior prestígio social, eram até agraciados

(8) Relatórios Ministeriais. 1821-1827. Exposição do Estado da Fazenda Pública do ano de 1821 a 1823, publicado em 1823. Igg9 50 Bibliot. Nacional.

(9) "O número total dos produtos se eleva a mais de 450, sendo digno de nota que os produtos das fábricas do Reino apresentavam 92 variedades". ARRUDA, J. ob. cit., p. 156.

(10) LOBO, E.M. História do Rio, ob. cit., p. 55.

com a Ordem de Cristo que lhes conferia status aristocrático. Já os negociantes de Pernambuco, massacrados pela Cia de Comércio da Paraíba e Pernambuco, apenas se enobreciam, se se tornassem proprietários de terras. Mais do que afastar o atravessador português, a independência possibilitou o aparecimento de uma nova ordem nas relações entre o Brasil e o capital internacional. Aparentemente é como se a Inglaterra tivesse apenas substituído Portugal, numa relação mercantilista. Mas, esta aparência oculta a importante intervenção do modo de produção capitalista na economia brasileira. Na realidade, tendo o Rio de Janeiro se transformado no centro das atividades mercantis estaria implicado, mais que qualquer outra praça, num processo de dependência com a Inglaterra. O domínio da Inglaterra, que se deu através da expansão do comércio, tem suas raízes na combinação das forças produtivas com as relações sociais, o que também explica duas observações sobre este período, de dois historiadores distintos. Eulália Lobo reportando-se à Independência escreve (11): "O fato novo e decisivo foi a formação social brasileira orientada para contribuir na elevação da taxa média de juros". Da afirmativa da historiadora compreendemos que se os comerciantes do Rio de Janeiro eram os que emprestavam tanto ao Erário como aos proprietários e se também eram estes os intermediários das relações com os ingleses, logo perceberam a necessidade de um volume de capital maior para suas transações internacionais, diminuindo portanto a circulação do capital destinado aos empréstimos, logo aumentando internamente o caixa para maior flexibilidade dos negócios internacionais. Como consequência, a taxa média de juros se eleva, tendo repercussão nas outras praças de comércio do país.

A segunda observação foi feita pelo historiador José Honório Rodrigues. Reclamando da ausência de explicações sobre o papel hegemônico do Rio de Janeiro no processo da Independência, o historiador afirma ter sido o Rio de Janeiro o financiador da Guerra da Independência. É portanto lógico que passada a tempestade, chamasse a si a preponderância também política. A Bahia e Pernambuco seriam as províncias mais afetadas pela nova investidura do Rio de Janeiro.

(11) LOBO, E.M. ob. cit., p. 75.

Os comerciantes das principais praças de comércio não estavam familiarizados com o sistema de crédito a juros. A função do Banco do Brasil foi, quase que também, formadora de uma nova mentalidade, no que diz respeito ao comércio de ações, pagamentos de dividendos, crédito e especulação, substituindo aquela forma de fazer e pensar negócios com base, apenas, no metal. Nesse ponto, percebe-se, também, que a influência da Inglaterra na vida econômica do Rio de Janeiro foi bem maior do que em Pernambuco.

A historiografia tem comprovado que as relações comerciais da Província de Pernambuco, quanto à comercialização do açúcar, na primeira metade do século XIX, sempre se fizeram mais intensamente com Portugal, enquanto a comercialização do algodão encontrou na Inglaterra seu maior parceiro. Os estudos de José Ribeiro Júnior sobre quantidade e valor do açúcar e algodão exportados do porto de Pernambuco para Portugal, entre 1812 e 1826 registram, nesse tempo a superioridade do açúcar sobre o algodão. Glacyra Leite, utilizando estes estudos (12) (Ver Tabelas 1 e 2), conclui que a exportação do algodão caiu bastante após 1822.

Dados sobre o movimento da exportação do algodão e do açúcar do porto de Pernambuco no período, nos levam a dizer que a exportação do algodão se destacava em relação aos outros produtos e tudo indica que aumentou na direção do comércio com os portos britânicos. Comparem-se dados que estão presentes tanto na Relação de Receita e Despesa da Junta da Fazenda de Pernambuco em 1819, como no Balanço Geral de 1823 (Ver Tabelas 3, 4 e 5).

Tendo em vista o movimento de importação do ano de 1823, comparando-se com os outros produtos, logo se vê a superioridade das importações oriundas dos portos britânicos.

(12) RIBEIRO JÚNIOR, J. **Pernambuco no Comércio da Transição (1780-1826)**. Tese de Livre Docência. Deptº de História. Inst. de Letras, História e Psicologia de Assis-UNESP, 1980. p. 281, 286, citado por Glacyra Leite, em *Pernambuco 1824* à p. 15, 52 (Tabelas 1 e 2).

TABELA 1**VALOR DO AÇÚCAR EXPORTADO DO PORTO DE PERNAMBUCO
PARA PORTUGAL: 1812 A 1826.**

Ano	Lisboa	Porto	Total
1812	269.136\$800	173.749\$500	442.886\$300
1813	401.108\$950	218.407\$650	619.516\$600
1814	1.007.073\$900	281.681\$700	1.288.755\$600
1815	1.218.839\$100	359.366\$700	1.578.205\$800
1816	1.108.938\$600	322.191\$000	1.431.129\$600
1817	811.793\$000	306.472\$100	1.118.265\$100
1818	1.377.186\$950	523.826\$660	1.901.013\$610
1819	1.162.120\$600	370.121\$400	1.532.242\$000
1820	780.448\$100	435.576\$900	1.216.025\$000
1821	832.127\$600	445.239\$600	1.277.267\$000
1822	817.980\$600	221.150\$400	1.039.131\$000
1823	630.105\$200	224.616\$800	854.722\$000
1824	570.691\$150	102.965\$200	673.656\$350
1825	356.666\$000	168.098\$300	524.764\$300
1826	497.140\$410	276.927\$090	774.067\$500

Extraído de: RIBEIRO JÚNIOR, José - **Pernambuco no Comércio Luso-Brasileiro da Transição (1780-1826)**. Tese de Livre Docência. Departamento de História, Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis - UNESP, 1980, p. 286 (exemplar mimeogr.).

TABELA 2**EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO DO PORTO DE PERNAMBUCO PARA
PORTUGAL (em arrobas e mil réis): 1812 a 1826**

Ano	Arrobas	Mil Réis
1812	18.484	65.063\$680
1813	76.490	305.962\$000
1814	76.746	460.836\$000
1815	91.256	684.836\$000
1816	71.717	662.683\$000
1817	70.419	588.083\$500
1818	51.886	498.105\$600
1819	62.756	562.293\$760
1820	70.419	478.849\$200
1821	68.707	412.442\$000
1822	31.327	172.771\$162
1823	15.763	65.576\$160
1824	7.007	35.875\$840
1825	16.274	124.987\$320
1826	10.509	45.924\$330

Extraído de RIBEIRO JÚNIOR, José - *Pernambuco no Comércio Luso-Brasileiro da Transição (1780-1826)*. Tese de Livre Docência. Departamento de História, Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis - UNESP, 1980, p. 259 (exemplar mimeogr.).

TABELA 3

RELAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DA JUNTA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO - 1819

RECEITA

Cana - aguardente	7:233\$944
Couro - em cabelo	257\$944
Subsídio do açúcar	46:583\$504
Subsídio militar das carnes	37:601\$648
Subsídio tabaco	1:543\$133
Vinhos e aguardentes de fora	35:974\$061
Algodão	177:640\$639
Tabaco manufaturado	9:142\$500
Tabaco garapa	363\$489
Casinhas da Ponte	1:404\$611
Foros de Sesmarias	721\$255
Direitos dos Oficiais	1:341\$137
Pensões das caixas e feixes de açúcar	1:674\$008
Ditas dos Engenhos	118\$800
Aguardente para fora	1:674\$008
Novo imposto sobre a carne verde	40:942\$529
Siza	24:684\$533
Décimo dos prédios	32:284\$671
Dita Munições de Guerra	8:923\$044
Dita dos Engeitados	50\$000
Direitos dos Escravos	89:037\$000
Direitos Grossos da Alfândega	181:941\$235
	512:181\$

DESPESA

Exército	205:510\$286	Remessa ao Tesouro	
Fortificações	8:197\$215	e Consignações	597:296\$399
Hospital Militar	31:320\$008	Compra de Madeira	
Trem armazém	83:575\$991	Embarc. de guerra	

Fonte: Extraída do Balanço Geral de 1823 - Registro de Correspondência 1808 / 1833, livro 1º LJJ9 50 - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

TABELA 4**RESUMO DAS EXPORTAÇÕES DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO,
EXTRAÍDO DO BALANÇO GERAL DE 1823**

Exportação de mercadorias para Lisboa	231:284\$300
Exportação de mercadorias para o Porto	57:729\$900
Exportação de mercadorias para Ilha de S. Miguel	8:740\$100
Exportação de mercadorias para França, Hamburgo, Amsterdã, Trieste, Gênova e Vigo	675: 173\$900
Exportação de mercadorias para os portos britânicos	1.759:883\$800
Exportação de mercadorias para os Estados Unidos da América do Norte	64:869\$800
Exportação de mercadorias para o Maranhão	12:300\$000
Exportação de mercadorias para Bahia e Rio Real	38:854\$000
Exportação de mercadorias para o Rio de Janeiro e Portos contínuos	17:340\$000
Exportação de mercadorias para o Rio Grande do Sul	13:960\$000
Exportação de mercadorias para Costa d'África	125:846\$000

Fonte: Extraída do Balanço geral de 1823. *Registro de Correspondência 1808 / 1833*, Liv. 1ª IJJ. 50. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

TABELA 5**RESUMO DAS IMPORTAÇÕES DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO,
EXTRAÍDO DO BALANÇO GERAL DE 1823**

Importação de mercadorias vindas de Lisboa em 343 embarcações	382:784\$520
Importação de mercadorias vindas de Porto e Figueiroa	109:074\$000
Importação de Ilhas de São Miguel	3:540\$000
Hamburgo e Amsterdã	99:315\$000
Portos britânicos	720:337\$900
Estados Unidos	106:330\$000
Maranhão	100\$000
Bahia e seus portos	63:856\$550
Rio de Janeiro e portos contínuos	108:295\$000
Rio Grande do Sul e Buenos Aires	304:140\$000
Costa d'África com 4.511 escravos, dos quais nem todos foram cativos de Direitos	560:733\$000
TOTAL	2.458:507\$970

Fonte: Extraída do Balanço Geral de 1823. **Registro de Correspondência 1808 / 1833**, Liv. 1º IJJ. 50. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Na Receita e Despesa da Junta da Fazenda de Pernambuco de 1819, o valor que se coloca ao lado dos produtos na coluna **Receita** significa o que a Província obteve de renda através dos impostos de seus produtos. Comparando-se o subsídio do açúcar com o do algodão, logo se percebe a diferença: açúcar 46:583\$504 e algodão 177:640\$639. Observando-se os itens da coluna **Despesa**, podemos ver os grandes gastos com a remessa ao Tesouro (579:296\$399). O restante dos itens está ligado a gastos com uma política repressiva e de defesa militar.

No Resumo das importações e Exportações da Província de Pernambuco, extraído do Balanço Geral de 1923, as nossas exportações para os Portos Britânicos alcançaram o valor de 1.759:883\$800, bem maior do que o valor das exportações de mercadorias para os portos portugueses, que no total chega a 297:754\$300. É bem conhecida a dificuldade de colocar nos mercados ingleses fibras têxteis, café e açúcar brasileiros que viessem a competir com os produtos das Índias Ocidentais Britânicas. Portanto, os valores das exportações para os portos britânicos devem ser preferencialmente da comercialização do algodão (13). No movimento das importações, encontramos a mesma tendência. Dos portos portugueses, os valores alcançaram, nesse ano, 495:398\$520, enquanto os britânicos alcançaram 720:337\$900. Conclui-se que o volume de negócios com os portos britânicos e o capital circulante na Província de Pernambuco, que até então vinha sendo prejudicado pelos preços do açúcar no mercado internacional, alcançam números significativos, beneficiando, não somente os comerciantes do algodão em Pernambuco, mas a própria administração, através da arrecadação alfandegária da Província.

(13) "O açúcar e o café brasileiro, e outros artigos similares aos produzidos nas colônias inglesas, foram proibidos de entrar nos mercados britânicos, embora Portugal pudesse enviar esses produtos para Inglaterra para reexportação, isento das taxas mais altas cobradas sobre esses artigos, quando destinados ao consumo dentro dos domínios britânicos". Art. XX do Tratado de Navegação e Comércio, p. 88.

"O algodão bruto encontraria um mercado ilimitado, e a Inglaterra reduziria a taxa sobre a matéria-prima coletada quando o algodão entrasse na Inglaterra em navio português". MANCHESTER, A.K. *Preeminência Inglesa no Brasil*, Ed. Brasileira, 1973, São Paulo, 80.

Numa visão mais global dessa economia (14) o escrivão da Mesa Grande, juiz interino da Alfândega de Pernambuco, Caetano Francisco Lumachi, informa que o balanço geral de importação e exportação da Província de Pernambuco se iniciou em 1801, mas que só foi amplamente reorganizado através da Provisão de 6 de novembro de 1810, neste ano. No espaço de 23 anos, isto é, de 1801 a 1823, a província exportou, em mil réis, o valor de 56.244:152\$254 e importou 51.130:845\$288, tendo pois um saldo a favor das exportações de 5.113:806\$966. Nos anos anteriores a 1799, os rendimentos da Alfândega pouco alcançavam 60 contos de réis anuais e desta data até 1809 os rendimentos alcançaram 100 contos de réis anualmente; de 1810 a 1822, excederam a 200 e 300 contos de réis, chegando em 1823 a um montante de mais de hum milhão de contos de réis. É, ainda, através destas "observações demonstrativas" que o escrivão nos põe a par de que os direitos obtidos pela Alfândega, no espaço de 25 anos, ainda eram regidos por uma legislação fiscal do Séc. XVIII, decreto de 9 de julho de 1794, antigo reino de Portugal. Pernambuco continuava a pagar réditos (15) da Polícia do Rio de Janeiro, em conformidade com o Aviso de 4 de dezembro de 1810 e o Alvará de 25 de abril de 1818. A partir de 1821, esses réditos passaram à massa dos impostos pagos na Alfândega (16). De 1801 a 1823, a Província de Pernambuco, segundo ainda o escrivão, importou 130.418 escravos da Costa d'África e alerta para se recuperar o crescente rendimento que a entrada de

-
- (14) "Observações Demonstrativas de todos os rendimentos da Alfândega de Pernambuco desde 1799 até 1823 e do mais que aqui se expende" - Caetano Francisco Lumachi de Mello - in **Registro de Correspondência**, 1808 / 1833, Ministério do Reino e Império, lgg9 50. Livro 1, Biblioteca Nacional.
- (15) Rédito - do latim *Redditi* = restituído, lucro, ganho - renda - "Os réditos são também definidos como a variação do capital durante a gestão" - Luiz Souza Gomes - **Dicionário Econômico e Financeiro**. Edt. Civilização Brasileira S.A., p. 194. 7ª edição.
- (16) O Governador da Província de Pernambuco, Gervásio Pires Ferreira através do Ofício de 1º de novembro de 1821, transfere para a massa dos direitos cobrados pela Alfândega os réditos da Polícia da Corte do Rio de Janeiro, in **Registro de Correspondência** - 1808/33, ob. cit.

escravos deixa à Fazenda Nacional, caso o tráfico seja suspenso. De um subtotal de escravos de 79.215, 52.720 foram taxados em 800 rs. o que produziu de renda 42:176\$000, e 26.495 escravos foram taxados em 1.400 rs. para que a diferença de 600 rs passasse a referida massa de Direito da Alfândega, abatendo-se 1 por 100 até o fim de 1820 para o tesoureiro da Alfândega. Transferiu-se à Polícia do Rio de Janeiro a quantia líquida de Rs. 78:567\$116 no ano de 1821. Em 1819 tais impostos haviam rendido, entre direitos e polícias, mais de 93:000\$000 (noventa e três contos de réis).

Nas "observações", Francisco Lumachi registra, ainda, o abalo financeiro e econômico que a separação das Províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará causou à economia e finanças de Pernambuco mas, que os "seus dois grandes ramos da produção - açúcar e algodão" têm lhe permitido continuar "florescendo"; cita outros produtos de exportação como madeira, courama, mel e aguardente e lamenta o estanco do Pau Brasil para a Fazenda Nacional e Imperial. Escreve sobre o desempenho excelente da exportação sobre a importação, acusando o algodão como o produto que mais lucro oferece à Província e que por esta razão não se produz mais farinha e a importação desse produto da Bahia e do Rio de Janeiro leva grande soma de dinheiro efetivo; o comércio das carnes com o Rio Grande do Sul em detrimento da carne seca do Ceará, cujas oficinas estão destruídas, é "outra porta aberta por onde sai bastante numerário".

Evidencia-se uma dependência da atividade produtiva ao capital comercial, que praticamente desempenhou um papel usurário. Ora cobrando juros muito altos sobre dívidas, ora se apropriando de propriedades mais férteis e de maior facilidade no acesso ao porto.

A historiografia tem largamente difundido a rivalidade entre grupos ligados à atividade do açúcar e grupos ligados à atividade do algodão, e que a história de Pernambuco, nas primeiras décadas do séc. XIX, é a história dessas lutas (17).

- (17) LEITE, G.L. *Pernambuco 1824: A Confederação do Equador*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. SP. Edit. Nacional, 1952.
COSTA, P. *Anais Pernambucanos*. Recife, FUNDARPE, 1983.

Ao mesmo tempo, tem também comprovado que os comerciantes se tornaram grandes proprietários, mas que não abandonaram a sua atividade no setor financeiro. Consenso também existe entre os estudiosos do período, de que o papel de Pernambuco era hegemônico nessa região (18), comparando-se ao Rio de Janeiro, para a região Sudeste; e que o aparecimento de um novo produto como o café, com mercado e preços promissores, levaria de roldão a economia nordestina e, conseqüentemente, a importância política no cenário nacional.

Observando-se, detalhadamente, os números da Alfândega, nos anos que antecederam aos conflitos que ocorreram em Pernambuco, entendemos, imediatamente, que eles são indicadores de que os comerciantes estavam auferindo grandes lucros. Foi assim antes de 1817, antes de 1821 e antes de 1824.

Examinando-se os anos que antecederam a Revolução de 1817, a Cia. de Comércio de Pernambuco e Paraíba que tinha como acionistas capitalistas estrangeiros, monopolizou o comércio e fretes, não para navios portugueses, mas para navios estrangeiros, prejudicando as atividades que haviam se estabelecido entre negociantes locais e negociantes portugueses. Portanto, nos anos que antecederam a 1817, estavam fora dos negócios o capital local e grande parte do capital português. Após a queda de Pombal, as Mesas de Inspeção (19) passam a ser parte de uma política portuguesa de maior liberdade; eram elas constituídas por um comerciante exportador

(18) Mesmo após a Rev. de 1817, a Correspondência dos Presidentes das Províncias do Norte (Pará, Ceará, Rio G. do Norte, Bahia) e Nordeste com Pernambuco é bem significativa. Solicitam desta Província compra e remessa de alimentos, prestação de socorros mútuos, fornecimento de armas, comunicação de descoberta de conjuras, envio de presos, comuns e políticos, a formação de bandeiras para expulsar gentios. Correspondência entre Províncias, vol. 3 e 4-APE. Documentos manuscritos.

(19) As Casas de Inspeção instaladas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão tinham como função reger o comércio do açúcar e tabaco incentivando a produção. Em Pernambuco o responsável era o Ouvidor Geral. *Fiscais e Meirinhos*, Arquivo Nacional, Graça Salgado, Coord. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, p. 94.

de açúcar ou tabaco, um pequeno proprietário e um grande proprietário, tendo sido instaladas no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro a partir da metade do século XVIII.

O soerguimento da economia de Pernambuco em fins do século XVIII e início do século XIX, aparece no bojo geral da recuperação da economia de plantação: a Revolução do Haiti provoca a desorganização da produção açucareira e possibilita Portugal a recolocar no mercado internacional o açúcar brasileiro com preços mais altos. A Independência dos Estados Unidos e as Guerras Napoleônicas beneficiaram a nossa exportação do algodão; o arroz da Carolina do Sul e o couro da Bacia do Prata, cederam lugar ao nossos produtos idênticos, o que contribuiu para aumentar as exportações de arroz do Rio de Janeiro e de couro em Pernambuco (20). Contudo, esta conjuntura favorável não se estabiliza, ou melhor, não consegue intervir nas relações sociais, modificando estruturas antigas. Os fatores que possibilitaram ao Rio de Janeiro intervir na taxa média dos juros e ainda no financiamento da Independência, possivelmente em Pernambuco, não existiram. A economia de Pernambuco baseava-se em dois produtos que não encontravam mercados estáveis, duradouros, porque dependiam também de conjunturas mais instáveis - o açúcar e o algodão. Os negociantes de Pernambuco pensaram em determinados períodos - 1817, 1821, 1822 e 1824 - que poderiam romper os laços que os amarravam e os impediam de encontrarem a liberdade econômica e política, no primeiro e segundo conflito contra o Governo Metropolitano, e no terceiro e quarto contra o Governo do Rio de Janeiro.

Se essa conjuntura foi dominada pelos homens de negócios, tanto em Pernambuco como no Rio de Janeiro, o que levaria as duas regiões a disputarem a hegemonia? Em primeiro lugar, os negociantes do Rio de Janeiro estavam atrelados a um produto com mercado promissor - o café - sem concorrência à vista ou a médio prazo. Em segundo, a presença da monarquia portuguesa ampliou a função portuária e centralizadora do Rio de Janeiro. O Banco do Brasil, fundado em 1809, transformou a mentalidade dos comerciantes, aumen-

(20) LOBO, E.M.L. ob. cit., p. 41.

tando o meio circulante e oferecendo aos comissários crédito com o endosso de comerciantes e recusando o endosso dos fazendeiros (21).

Antonio Penalves Rocha, em sua tese de doutorado, já citada, apresenta a sociedade brasileira do início do século XIX de um certo modo estável, por ter como referencial as relações entre Metrópole e Colônia, com supremacia de Portugal, apesar das diferentes classes que participavam da produção e do comércio. Na sua opinião, após 1808, a presença do Estado Português no Brasil desestabilizou o Império, por oferecer a grande lavoura escravista concessões, que não puderam ser oferecidas às outras classes dentro do Império. Outros atos governamentais favorecendo os negociantes da Inglaterra, em detrimento dos de Lisboa, contribuíram, ainda, para este desequilíbrio. A Abertura dos Portos e a suspensão da proibição à indústria teriam acelerado as contradições no próprio Império e nem mesmo a presença de representantes da grande lavoura, nos quadros burocráticos do Estado, conseguiu resolver os complicados problemas que a monarquia portuguesa enfrentava: adaptar a monarquia a um lugar social diferente daquele do qual estava ajustada; adaptar a colônia de modo a permitir que ela comportasse a sede de um estado, formado pela antiga metrópole, possessões na África, na Ásia e no Brasil, e não romper com a Inglaterra, tendo que conviver com a complexidade de sua atuação no mundo português sem perder partes deste Império. Uma das funções da economia política seria a de fazer com que a classe dominante acreditasse que o desenvolvimento econômico seria a receita ideal para evitar revoluções (22).

(21) LOBO, M.E.L. ob. cit., p. 82.

A idéia de Rodrigo de Souza Coutinho para formar um Banco, o primeiro Banco do Brasil, fazia parte da organização do aparelho de estado, para atender a necessidade de um meio circulante mais ágil. Inevitavelmente foi um estabelecimento comercial e emissor. Emitia ilimitadamente notas, cujo valor estava acima de 30\$000 contos de réis. Estas notas criaram um mercado local e circularam até que o crescimento do débito do Governo ao Banco levou-o à falência.

(22) ROCHA, A.P. *O Nascimento da Economia Política no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada na USP, p. 174.

Dentro deste contexto, é que as memórias encomendadas a teóricos, como Silvestre Pinheiro Ferreira, vão tentar tirar a monarquia portuguesa do absolutismo e levá-la, sem grandes perdas de poder, ao constitucionalismo. Estas tentativas para evitar as revoluções foram vãs dentro desse quadro de desestabilização apresentado por Antonio Penalves. Não foram apenas os portugueses do Porto que se sentiram lesados com a presença do governo português no Brasil. Pernambuco sofreu uma amarga derrota e uma terrível repressão por ter se insurgido em 1817, apostando na conjuntura instável do Império. Os mais importantes líderes da revolução eram comerciantes, militares e burocratas (23). Algumas medidas tomadas pelo governo revolucionário citadas por Carlos Guilherme Mota (24) são indicadores do que mais incomodava a esta elite: o Governo Provisório a 9 de março de 1817 aboliu o Alvará de 20 de outubro de 1812 que determinava tributação sobre "carne, loja de fazendas e molhados, embarcações, remoção do gado para o interior (Paraíba) em favor da agricultura. . ." e "isenção para o algodão de metade dos direitos de exportação, e a 2 de março de 1817, determina o governo revolucionário e cunhagem da nova moeda".

A desestabilidade atingiu de uma forma definitiva o Brasil. Dois grandes centros disputavam a hegemonia externa - Portugal e Inglaterra - e internamente o Rio de Janeiro prepon-

(23) DOMINGOS TEOTÔNIO JORGE MARTINS PESSOA - militar, maçom, inspetor do Trem Real (Arsenal de Guerra); DOMINGOS PIRES FERREIRA - filho do negociante Domingos Malaquias, ajudava nos livros de comércio, estudou matemática em Lisboa e na Inglaterra, participou do governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Adjunto-administrador da Alfândega. Enviado aos Estados Unidos para comprar armas para a Revolução de 1817, foi Deputado às Cortes Constituintes. Em 1823 foi nomeado Presidente da Província de Alagoas. GERVÁZIO PIRES FERREIRA - Participou do governo republicano em 1817 como Presidente do erário Público. Rico negociante, proprietário do navio "Espada de Ferro" enviou aos Estados Unidos, Antonio Gonçalves Cruz, com a quantia de 25:000\$000 para comprar armas. JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA - padre carmelita e advogado; JOSÉ DE BARROS LIMA - militar, burocrata diretor de aldeia dos índios em Limoeiro, estudou em Lisboa. In: **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. COSTA, F.A.P. Fundo de Cultura da Cidade do Recife. 1982.

(24) MOTA, C.G. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Univ. de São Paulo, 1972.

derava. O momento não era de depressão econômica e pelos dados podemos até falar de uma certa euforia. Os pernambucanos acreditavam poder utilizar esses fatores conjunturais para as grandes reformas desejadas. Além dos fatores conjunturais há que levar em consideração a estrutura social em que ocorreram os conflitos, rebeliões e revoluções do século XIX em Pernambuco.